



**6º Encontro Internacional de Política Social**  
**13º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl  
Marx para pensar a crise do capitalismo  
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

---

Eixo: Direitos humanos, segurança pública e sistema jurídico.

**A ATUAÇÃO DO GRUPO DE ESTUDOS “SISTEMA PRISIONAL, DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE” ATRAVÉS DE OFICINAS TEMÁTICAS EM UNIDADES PRISIONAIS DE CAMPINAS (SP): RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**Camilla Marcondes Massaro<sup>1</sup>**  
**Maria Virgínia Righetti Fernandes Camilo<sup>2</sup>**

**Resumo:** O presente relato visa apresentar a experiência das oficinas temáticas desenvolvidas pelo grupo de estudos “Sistema Prisional, Direitos Humanos e Sociedade”, iniciativa das Faculdades de Ciências Sociais e Serviço Social da PUC-Campinas realizadas na Jornada da cidadania e empregabilidade na Penitenciária Feminina e no Centro de Progressão Penitenciária, no município de Campinas no ano de 2017. As oficinas foram propostas visando um duplo objetivo: levar reflexão qualificada sobre as relações entre gênero e cárcere com a oficina *Ser mulher* e os desafios para o retorno ao convívio social com a oficina *Perspectivas para o futuro*; e possibilitar aos alunos o exercício profissional embasado teoricamente com a elaboração das atividades a partir dos estudos realizados ao longo do ano.

**Palavras-chave:** Sistema prisional; Direitos Humanos; Gênero e Cárcere; Reinserção Social; Exercício profissional.

**Abstract:** The present narrative aims to present the experience of the thematic workshops developed by the study group "Prison System, Human Rights and Society", an initiative of the Social Sciences and Social Service Colleges of PUC-Campinas held at the Citizenship and Employability Journey at the Women's Penitentiary and Center for Penitentiary Progression, in the city of Campinas in the year 2017. The workshops were proposed with a double objective: to take a qualified reflection on the relations between gender and prison with the workshop *Be woman* and the challenges for the return to social contact with the workshop *Perspectives for the future*; and enable the professional exercise to students based theoretically on the activities elaboration on the studies realized during the year.

**Keywords:** Prison system; Human rights; Genre and Prison; Social reinsertion; Professional exercise.

## 1. Introdução

Considerando o relato de experiência uma modalidade que propicia a socialização dos avanços na atuação profissional mediada pela formação acadêmica através de fundamentação teórica e metodológica, dentro do eixo temático “Direitos Humanos, segurança pública e sistema jurídico”, o presente trabalho tem por objetivo apresentar algumas das atividades desenvolvidas pelo grupo de estudos “Sistema Prisional, Direitos

---

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-Campinas/SP. E-mail: <camilla.massaro@puc-campinas.edu.br>; <c.massaro@gmail.com>.

<sup>2</sup> Professora da Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas/SP. E-mail: <maricamilo@puc-campinas.edu.br>; <chinacamilo@yahoo.com.br>.

Concordamos com a divulgação do presente trabalho nos anais do evento.

Humanos e Sociedade”, iniciativa das Faculdades de Ciências Sociais e Serviço Social nos marcos do convênio firmado entre o Ministério Público Federal (MPF) e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC-Campinas/SP<sup>3</sup>.

O grupo de estudos é composto por alunos de graduação das Faculdades acima referidas tendo como principal objetivo contribuir para a formação dos profissionais das duas áreas discutindo de forma sistematizada questões concernentes ao sistema prisional, bem como aprofundar os estudos e as reflexões sobre as temáticas a ele relacionadas<sup>4</sup>.

Entendemos que a relevância do grupo de estudos se dá pelo fato de que muitos cientistas sociais e assistentes sociais se deparam em algum momento da formação ou do exercício profissional com questões e públicos relacionados de maneira direta ou indireta com o sistema prisional, sua complexidade e consequências para a vida social, sejam elas os estigmas, as relações familiares ou a reinserção social, por exemplo pelo trabalho.

Ainda que as atividades do grupo de estudos tenham sido iniciadas em agosto de 2016, foi somente no ano de 2017 que elaboramos as primeiras atividades práticas consolidadas em duas propostas de oficinas temáticas para a população privada de liberdade e um evento na Universidade<sup>5</sup>.

Devido à caracterização das atividades desenvolvidas, o relato ora elaborado se restringirá a apresentar e discutir as oficinas temáticas delineadas e realizadas pelo grupo de estudos a convite do representante regional da Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” (FUNAP)<sup>6</sup> que atende à região de Campinas durante a “Jornada da Cidadania”<sup>7</sup> promovida pela Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) no ano de 2017.

Foram planejadas duas oficinas distintas, uma para as mulheres em regime fechado da Penitenciária Feminina de Campinas e outra para os homens em regime semiaberto do Centro de Progressão Penitenciária de Campinas.

## 2. Marco teórico

---

<sup>3</sup> Ministério Público Federal. Termo de convênio nº018/2012.

<sup>4</sup> A formação do grupo, seus objetivos e primeiros resultados foram apresentados no ENPS 2017 (MASSARO; CAMILO, 2017).

<sup>5</sup> A convite do projeto palavra livre em continuidade às discussões sobre a encíclica *Populorum Progressio* realizamos o evento “Sistema prisional e desigualdade econômica” em novembro de 2017.

<sup>6</sup> A FUNAP é vinculada à SAP e é a instâncias que planeja, desenvolve e avalia os programas de formação profissional, emprego e renda, educação, lazer, esporte e cultura para os presos e egressos das unidades prisionais estaduais (FUNAP, 2017).

<sup>7</sup> Promovida nas unidades prisionais do Estado de São Paulo ao longo do ano com diversas.

Enquanto docentes, consideramos que o exercício profissional só pode ser bem-sucedido se realizado a partir de sólida base de formação acadêmica e científica através da qual tanto o cientista social quanto o assistente social possam se embasar para superar os desafios profissionais da maneira mais adequada conforme cada caso concreto.

Portanto, antes da realização de qualquer atuação, o grupo de estudos mobiliza uma gama de referenciais teóricos estudados ao longo dos encontros para que as atividades práticas possam ser elaboradas e realizadas conjugando conhecimento acadêmico e exercício profissional.

## **2.1 Seleção da bibliografia**

Embora o encarceramento como principal forma de punição acompanhe o nascimento e o desenvolvimento da sociedade moderna (FOUCAULT, 2007), na atualidade, com o processo de encarceramento em massa em diversas partes do globo (WACQUANT, 2001), e especificamente no Brasil que hoje, com 726.7112 pessoas presas é o 3º país com a maior população prisional no mundo (BRASIL, 2017), esse fenômeno adquire contornos ainda mais dramáticos. Além disso, o aumento exponencial do encarceramento de mulheres (BRASIL, 2015) é questão recente que demanda entendimento aprofundado.

Foi a partir desse contexto que estruturamos as leituras do grupo de estudos no ano de 2017 em 3 eixos norteadores, através das quais foi possível qualificar o embasamento teórico-metodológico dos alunos para a proposta das oficinas realizadas nas unidades prisionais. Os eixos e os textos trabalhados foram:

- Gênero e sistema prisional – *Regras mínimas de padrão para o tratamento de reclusos* (ONU, 1957) e *Regras das nações unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras* – Regras de Bangkok (ONU, 2010) que trazem o marco legal para a garantia dos direitos dos reclusos considerando as especificidades de gênero; *Presos que menstruam* de Nana Queiróz (2015); *Filhos de mulheres presas: o papel materno na socialização dos indivíduos* de Cristina Stella (2009); *A família do preso: efeitos da punição sobre a unidade familiar* de Yasmin Tomaz Cabral e Bruna Agra de Medeiros (s/d) que possibilitaram o entendimento do ainda parco respeito aos direitos das mulheres presas no que concerne às especificidades de gênero, bem como as consequências nefastas do encarceramento feminino para a sociedade

como um todo, principalmente no afrouxamento e/ou rompimento dos vínculos familiares e também no acirramento da condição que vulnerabilidade que tanto as mulheres quanto seus dependentes passam a estar durante o tempo da prisão dada as restrições materiais de ambos.

- Produção, circulação e consumo de drogas e as facções criminosas – *Lei nº 11.343 de 2006*, conhecida como Lei de drogas (BRASIL, 2006) que oferece os marcos legais definição e punição para as atividades de produção, distribuição e uso de drogas no país; *A questão do “consumo de drogas”* de Diego de Oliveira Souza (2012) que debate transformação das substâncias psicoativas em mercadorias e suas consequências na sociedade moderna; *Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário das prisões* e *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*, ambos de Camila Caldeira Nunes Dias (2011 e 2011); *Solidariedade e gregarismo nas facções criminosas: um estudo criminológico à luz da psicologia das massas* de Bruno Shimizu (2011), que possibilitaram maior compreensão sobre a relação entre a produção e o tráfico de drogas, o encarceramento em massa e as relações de poder de dominação no interior das unidades prisionais brasileiras.
- Precarização do trabalho, crise estrutural, trabalho penal e privatização das prisões – *Trabalho em tempos de crise: a superexploração do penal nos Centros de Ressocialização Femininos de Estado de São Paulo* de Camilla Marcondes Massaro (2014); *Quanto mais presos, maior o lucro* de Paula Sachetta (2014) e documentário de mesmo nome; *Cárcere e trabalho* de Isabella Jinkings (2013); *Precarização: impactos sociais e na saúde mental* de Edith Seligmann Silva e Roberto Heloani (2017); *O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher* de Angela Davis (2016), discutindo os sentidos do trabalho durante e após o cumprimento da pena e a potencialidade de lucrativa do trabalho penal em meio às propostas de privatização do sistema prisional, bem como os sentidos que o trabalho adquire na sociedade atual com enfoque nas relações de precarização e das desigualdades criadas a partir das diferenças de raça e gênero.

## **2.2 As oficinas realizadas na Jornada da cidadania e empregabilidade**

A Jornada da cidadania e da empregabilidade é um evento organizado pela SAP através da coordenadoria de reintegração social que, uma ou duas vezes ao ano<sup>8</sup>, ao longo de uma semana, oferece diversas atividades de saúde, educação, lazer, formação para o trabalho e orientação social, jurídica, psicológica, entre outras, nas unidades prisionais paulistas.

No ano de 2017, a convite da gerência da FUNAP que atende à região de Campinas, nosso grupo de estudos participou da Jornada da cidadania e da empregabilidade por meio de oficinas temáticas, em duas ocasiões: na Penitenciária Feminina de Campinas no mês de abril e no Centro de Progressão Penitenciária de Campinas (unidade masculina) no mês de setembro.

Como nos ensina Dermeval Saviani (2003) todo ato educativo deve ser dotado de intencionalidade, portanto, para a proposição das oficinas, nos valemos dos estudos teóricos realizados nos encontros do grupo de estudos como ferramentas delinear o conteúdo e a metodologia em consonância aos objetivos e ao público de cada uma das atividades, de modo que o trabalho desenvolvido tem caráter interdisciplinar, envolvendo saberes sobre o sistema prisional em suas dimensões teórico metodológica, ético política e técnico operativa.

### **2.2.1 Oficina “Ser mulher”**

Segundo os dados mais recentes sistematizados pelo INFOPEN (BRASIL, 2017), em junho de 2016 o Brasil possuía 42.355 mulheres presas o que corresponde a 5,8% da população prisional no país. O estado de São Paulo é responsável por 33% dessa população total (masculina e feminina) tendo, na mesma data de referência, 15.104 mulheres privadas de liberdade, ou seja, 35,6% das mulheres presas no país estavam sob responsabilidade do governo paulista.

Embora percentualmente pequeno (5,8% do total no país), o encarceramento feminino vem crescendo exponencialmente: conforme dados do relatório INFOPEN Mulheres (BRASIL, 2015), no ano 2000 o Brasil tinha 5.601 mulheres presas; em junho de 2014, esse número chegou a 37.380, um aumento de 567% no período.

O convite para a participação das atividades na Penitenciária Feminina de Campinas nos encheu de expectativa, uma vez que um dos temas desenvolvidos de

---

<sup>8</sup> Nas unidades de regime semiaberto ocorrem duas vezes ao ano, nas demais unidades ocorre uma vez ao ano.

forma mais aprofundada durante os estudos do grupo se refere ao encarceramento feminino e suas especificidades na atualidade.

Ofertamos a oficina em dois dias da semana e em cada dia realizamos duas vezes a oficina, atingindo cerca de 90 mulheres<sup>9</sup>.

Como a Jornada da cidadania e da empregabilidade permite uma grande flexibilidade e diversidade de atividades, entendemos que a proposição de uma oficina teria a potencialidade de atingir de forma mais direta e aprofundada às participantes do que se nossa atuação se desse no formato de palestra.

Assim, a partir das leituras da bibliografia e dos documentos relativos às interconexões entre gênero e cárcere, o grupo elaborou a oficina *Ser Mulher* que teve como principais objetivos: discutir as relações e os papéis sociais de gênero na atualidade; as especificidades do cárcere feminino; as consequências do aprisionamento em relação à autoestima e aos vínculos familiares; e as perspectivas futuras das participantes.

A metodologia criada teve como pressuposto a preocupação em minimizar o distanciamento entre a universidade e as mulheres encarceradas a fim de possibilitar uma atividade que pudesse ser significativa para as participantes.

Assim, a oficina foi realizada em 6 grandes momentos envolvendo uma dinâmica para aquecimento com objetivo de estimular o diálogo e dar voz às participantes; o desenvolvimento da oficina proposta com ênfase no protagonismo das participantes e o encerramento com um desafio a ser resolvido coletivamente, conforme descritos a seguir.

- Iniciamos a oficina com uma roda de apresentação: nome, idade, local de nascimento, origem, filhos, profissão, tanto nossa (professoras e alunos do grupo de estudos) quanto das mulheres participantes de forma livre para que cada uma escolhesse as informações correspondentes à apresentação, de modo que algumas falaram por quais crimes cometidos estavam presas e outras não<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Conforme dados disponibilizados pela SAP (2017) a referida unidade tem capacidade para 556 mulheres e está sempre perto desse limite em termos de ocupação. É importante ressaltar que, embora a Jornada da Cidadania seja aberta a todas as pessoas presas, a direção da unidade seleciona as participantes de modo que tivemos mulheres que estavam na sala mas não quiseram participar (mas também não podiam voltar para a cela) e mulheres que participaram mais de uma vez pois gostaram da atividade.

<sup>10</sup> Conforme dados do INFOPEN (2017) em junho de 2016 pouco mais de 28% da população prisional brasileira decorre de crimes relativos a drogas. Todavia, enquanto entre os homens esse percentual é de

- Em seguida sugerimos o exercício de explicar a origem do nome (quem escolheu, o que significa), no intuito de propiciar o resgate da memória familiar. Esse momento foi muito significativo pois pudemos perceber a diversidade de relações familiares nos grupos participantes. Também foi bastante divertido, possibilitando maior entrosamento entre o grupo. Dentre os relatos, tivemos casos de pessoas com mesmo nome por motivos diversos (homenagem a algum parente, a algum artista que fazia sucesso na época do nascimento), casos de nomes distintos pelo mesmo motivo (homenagem ao santo de devoção, à junção de partes dos nomes dos pais ou avós) e também casos de mulheres que não sabiam o motivo da escolha, por nunca terem perguntado, por não terem conhecido os pais biológicos ou mesmo porque os pais disseram não haver motivação especial. Ao término desse momento, fizemos algumas intervenções no sentido de explicitar que apesar de às vezes termos nomes iguais, cada ser com sua história é único no mundo e que a individualidade de cada uma é muito importante, mesmo que apenas para si próprias.
- Tais intervenções abriram espaço para o terceiro momento da oficina com o questionamento sobre o que é ser mulher? Deixamos livre para quem quisesse contribuir, ouvindo atentamente. Na sequência sugerimos que, em mais um exercício, as participantes produzissem um material escrito ou visual sobre a questão podendo utilizar imagens, frases, palavras das revistas que disponibilizamos ou criassem poemas, contos, desenhos.
- O momento seguinte consistiu na socialização dos materiais de forma espontânea<sup>11</sup>, lendo, explicando, ou apenas colocando o cartaz junto aos demais. Esse momento também foi bem significativo uma vez que os materiais e as falas retrataram os papéis sociais de gênero e suas relações com o cárcere feminino, principalmente no que tange ao afrouxamento ou mesmo rompimento dos vínculos familiares; na responsabilidade em relação aos filhos, mesmo que enquanto estiverem presas não tenham

---

26%, na mesma data de referência entre as mulheres presas, chega aos 62%. Nas oficinas realizadas, de todas as mulheres que informaram por qual crime estavam presas, apenas 4 não estavam por crimes relacionados à lei de drogas (BRASIL, 2006).

<sup>11</sup> Algumas mulheres não quiseram explicar a produção, apenas colocar o cartaz junto aos demais. Algumas participantes colocaram o nome e o número da cela, algumas quiseram levar o cartaz consigo.

como provê-los material e afetivamente; na preocupação quanto às possibilidades futuras de reinserção social considerando o estigma de serem ex-presas; nos relatos de violência sofridos ao longo da vida; entre outros.

- Por fim, fizemos o fechamento da oficina discutindo a partir da produção dos cartazes que não há um modelo certo e específico de ser mulher e que a luta deve ser pela garantia dos direitos de cidadania e respeito que pertencem a todos nós, independentemente do gênero, da condição social ou da situação de prisão.
- Encerramos a atividade com um desafio: formando uma roda em que de mãos dadas olhando uns para os outros conseguíssemos nos virar de costas, sem soltar as mãos, agradecendo a colaboração conjunta que tornou possível a realização da atividade.

De maneira geral, o resultado nos surpreendeu positivamente pela adesão à participação sobre a qual havíamos ficado reticentes no planejamento da oficina. Ademais, considerando as bases teóricas trabalhadas no grupo de estudo, foi possível aos alunos um olhar sociológico na elaboração e no desenvolvimento da atividade, além de uma participação próxima ao que se espera da atuação profissional.

### **2.2.2 Oficina “Perspectivas para o futuro”**

Dada a permanente crise que parece estruturar o sistema prisional brasileiro, o principal resultado socialmente propalado do encarceramento, a saber a ressocialização, ou a reinserção social fica cada vez mais distante da realidade.

Para possibilitar potencialmente alguma forma de retorno à sociedade com o comprometimento de seguir os valores arraigados do lado de fora dos muros, a educação e o trabalho são principais instrumentos constantemente evocados nos discursos e na legislação, sendo considerados pela Lei de execução penal (BRASIL, 1984) direitos dos presos, cabendo aos estados da federação ofertá-los nas unidades prisionais.

Além disso, os diferentes regimes de pena se referem ao maior ou menor grau de isolamento do apenado com a sociedade, sendo o regime semiaberto aquele que possibilita trabalho fora dos muros da prisão durante o dia e o retorno para dormir na unidade prisional visando a readaptação do sentenciado ao convívio social.



Contudo, observando os dados sistematizados pelo INFOPEN (BRASIL, 2017), vemos que nem o direito à educação e ao trabalho são garantidos a toda a população privada de liberdade, nem o regime semiaberto atende à obrigatoriedade do convívio em sociedade através do trabalho.

Sobre a educação, o relatório aponta que em junho de 2016, embora 90% da população prisional tivesse, no máximo o ensino médio incompleto<sup>12</sup>, apenas 10% estava envolvida em atividades educacionais escolares<sup>13</sup>, além de 2% em atividades educacionais complementares<sup>14</sup>.

Em relação ao trabalho, os dados apontam que somente 15% da população prisional estava vinculada a alguma atividade laboral (BRASIL, 2017), das quais apenas 13%, isto é, 12.470 em atividades externas. Além disso, do total de presos em atividades de trabalho, apenas 22% recebia remuneração acima de 3/4 do salário mínimo, conforme regulamenta a LEP (BRASIL, 1984)<sup>15</sup>.

No que se refere ao tipo de regime, em junho de 2016 apenas 15% dos presos haviam sido sentenciados com penas a serem cumpridas em regime semiaberto<sup>16</sup>. Sobre a estrutura, apenas 113, o equivalente a 8% do total de unidades prisionais do país, serviam a esse tipo de regime (BRASIL, 2017). Mas, mesmo o cumprimento de pena nessas unidades não garante o direito ao trabalho fora dos muros, uma vez que as vagas dependem de parcerias e convênios com o poder público e demais instituições fazendo com que grande parte do contingente preso em regime semiaberto ou trabalhe dentro das unidades prisionais ou fique à espera de uma vaga cumprindo, na prática, a pena em regime fechado.

Foi a partir dessas questões, atrelado ao estudo da bibliografia sobre precarização do trabalho na atualidade, trabalho penal e saúde mental do trabalhador ao longo os encontros do grupo de estudos que nos balizamos para estruturar a oficina para a unidade de regime semiaberto em Campinas.

---

<sup>12</sup> Conforme o relatório (INFOPEN, 2017), em junho de 2016 de toda a população prisional no país, 4% era analfabeta, 6% era alfabetizada com certificado, 51% não tinha o ensino fundamental completo, 14% tinham o ensino fundamental completo, 15% o ensino médio incompleto, 9% o ensino médio completo e 1% o ensino superior incompleto.

<sup>13</sup> Alfabetização, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, curso técnico ou curso de capacitação profissional.

<sup>14</sup> Remição pela leitura, remição pelo esporte, videoteca, biblioteca, lazer e cultura.

<sup>15</sup> O trabalho penal não é regido pela CLT, mas pela LEP dispõe que a remuneração mensal pelo trabalho do preso não pode ser inferior a 3/4 do salário mínimo vigente.

<sup>16</sup> Cerca de 40% dos presos no país ainda não foram sentenciados e aguardam em regime fechado.

Diferentemente da feminina, a unidade masculina em que as atividades foram realizadas tem capacidade para 2.058 presos, mas abriga por volta de 3.000 (SAP, 2017) homens, caracterizando a superlotação permanente.

Por se tratar de uma unidade de regime semiaberto e, conforme a prerrogativa legal, pensamos que a maioria dos participantes estivesse ocupando algum posto de trabalho, a oficina *Perspectivas para o futuro* teve como objetivos: discutir as perspectivas dos participantes em relação aos estreitamentos dos vínculos familiares e com a comunidade em que moram e, principalmente refletir conjuntamente sobre as possibilidades de reinserção social pelo trabalho considerando dois elementos agravantes: a diminuição da oferta de trabalho formal para a população em geral e o estigma de “ex-presos” que dificulta a contratação.

A metodologia proposta foi a mesma da oficina na unidade feminina com alterações a partir do terceiro momento, no qual as intervenções sobre o resgate da memória familiar foram feitas buscando compreender o maior ou menor afrouxamento dos vínculos familiares e com a comunidade, a partir das atividades laborais realizadas antes da prisão, deixando as falas acontecerem de forma livre.

Também realizamos a atividade duas vezes, para grupos diferentes, no mesmo dia. Por ser uma unidade maior, a primeira oficina aconteceu no chamado pavilhão da cultura e estavam presentes cerca de 60 homens de modo que as falas precisaram ser feitas com auxílio de um microfone e o momento da criação dos materiais pode ser feito individualmente, em duplas ou trios. O mesmo ocorreu na segunda turma que embora tenha sido realizada em uma sala de aula, teve a participação de cerca de 35 homens, muito mais pessoas que o previsto pelo grupo.

Durante o momento das apresentações, o apego à religião foi um elemento muito marcante nas falas dos participantes. Diversos deles apontaram a adesão a religiões de matriz neopentecostal após a prisão afirmando o momento da conversão como divisor para uma nova vida. Também nesse momento quase a totalidade dos participantes afirmou não estar vinculado a nenhuma atividade laboral, obtendo a remição pela educação (escolar ou complementar).

Assim como na unidade feminina, a socialização dos cartazes produzidos foi deveras significativa, principalmente pela constatação de que, ao contrário do discurso do senso comum que estigmatiza a população prisional enquanto não afeitos ao trabalho, grande parte dos homens que participaram selecionaram imagens, frases e palavras relacionadas

às atividades de trabalho que fizeram ao longo da vida, apresentando o desejo retomarem esses projetos ao término do cumprimento da pena.

Também apareceram poesias, letras de músicas e protesto em relação à forma como os presos são vistos pela sociedade. Uma das produções que mais nos chamou a atenção foi a de uma dupla que apontou o desejo de abrir uma casa de apoio ao egresso do sistema prisional que funcionaria em uma fazenda na qual haveria a possibilidade de ocupação a todos os interessados nas atividades da própria fazenda: plantação, trato com os animais, entre outros.

Nas duas turmas encerramos a oficina discutindo conjuntamente as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores em geral na realidade brasileira e a necessidade do entendimento de que muitas vezes o discurso meritocrático serve para justificar as desigualdades já existentes e inculcar o sentimento de fracasso àquele que não foi bem-sucedido em seus propósitos, mesmo que tenha empregado seu máximo esforço.

As falas apresentaram de forma muito clara a certeza em relação à estigmatização do preso ser o principal entrave na colocação no mundo do trabalho, sobretudo no trabalho formal, de modo que as aspirações concernentes ao trabalho se deram, na maior parte das vezes, com o desejo de começar ou continuar um projeto autônomo nos quais não é necessário apresentar, dentre outros documentos, atestado de antecedentes criminais.

As oficinas na unidade masculina também nos surpreenderam de forma muito positiva pela forte adesão dos participantes na atenção e no envolvimento com as atividades propostas. O sentimento de poderem se expressar livremente e serem ouvidos dentro de um ambiente em que todas as atividades e emoções são racionalmente controlados foi um dos elementos mais significativos levados pelo nosso grupo.

## **Resultados**

As oficinas temáticas foram pensadas a fim de contemplar um duplo objetivo: levar discussão e reflexão qualificada sobre temas que pudessem ser significativos ao público de cada unidade em que participamos da Jornada da cidadania e empregabilidade e também, enquanto parte das atividades do grupo de estudos “Sistema prisional, direitos humanos e sociedade”, contribuir para a formação humana e profissional dos alunos das Faculdades de Ciências Sociais e Serviço Social pela possibilidade de atuação prática teoricamente embasada.

Sabemos o quanto o sistema prisional é fechado a intervenções da comunidade e o quanto a rotina racionalizadamente organizada reprime as manifestações autênticas de expressão de cada indivíduo. Nesse sentido, as oficinas foram uma experiência muito rica, uma vez que permitiram a livre expressão dos participantes, tanto de seus afetos e sentimentos (com os momentos de resgate da memória familiar) quanto de suas leituras de mundo através das opiniões em relação ao tratamento que recebem, as angústias e perspectivas para o futuro.

Pela metodologia elaborada as oficinas possibilitam que os participantes, vivendo em um espaço institucional marcado por medidas repressivas e controladas pudessem expressar seus anseios, angústias, críticas, dúvidas. São vozes dissonantes do espaço instituído, expressando expectativas, lutas, desejos de mudança, em um momento de reconhecimento da condição de sujeito.

Para os alunos foi uma excelente oportunidade de compreender como os temas estudados ao longo dos encontros do grupo se dão na realidade concreta, permitindo o entendimento da complexidade da questão prisional, mesmo que em apenas um recorte espacial (das unidades em que realizamos as oficinas).

## Referências

BRASIL. Ministério de Justiça e Segurança Pública. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**: atualização: junho de 2016. Brasília (DF), 2017. Disponível em: <[http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio\\_2016\\_junho.pdf](http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf)>.

BRASIL. Ministério de Justiça e Segurança Pública. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**: INFOPEN Mulheres: junho de 2014. Brasília (DF), 2015. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para a prevenção ao uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para a repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências**. Brasília (DF), 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm)>.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal**. Brasília (DF), 1984. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm)>.

CABRAL, Yasmin Tomaz; MEDEIROS, Bruna Agra de. A família do preso: efeitos da punição sobre a unidade familiar. **Revista Transgressões: Ciências Criminais em Debate**, Natal, v. 3, n. 3, p. 50-72, maio 2014.

DAVIS, Angela. O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher. In: MULHERES, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016. Capítulo 1, p.15-41.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário das prisões. **Tempo Social**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 213-233, nov. 2011.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. 2011. 386 f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 33. ed. Petrópolis; Vozes, 2007.

FUNDAÇÃO “PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL”. **Sobre a FUNAP**. <[http://www.funap.sp.gov.br/site/index.php/sobre\\_funap](http://www.funap.sp.gov.br/site/index.php/sobre_funap)>. Acesso em: 1º fev. 2017.

JINKINGS, Isabella. Cárcere e Trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. p.75-92.

MASSARO, Camilla Marcondes. **Trabalho em tempos de crise: a superexploração do trabalho penal nos Centros de Ressocialização Femininos do Estado de São Paulo**. 2014. 368f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2014.

MASSARO, Camilla Marcondes.; CAMILO, Maria Virgínia Righetti Fernandes. 'Sistema prisional, direitos humanos e sociedade: relato de experiência das Faculdades de Ciências Sociais e Serviços Social da PUC-Campinas/SP'. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 5.; e 13º, 2017, Vitória. **Anais...** Vitória, Programa de Pós-Graduação em Política Social da Ufes, 2017. p. 1-15. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/16567/11423>>.

ONU. **Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras** (Regras de Bangkok). New York, 2010. Tradução não oficial. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/Tradu%C3%A7%C3%A3o-n%C3%A3o-oficial-das-Regras-de-Bangkok-em-11-04-2012.pdf>>.

ONU. **Regras mínimas de padrão para o tratamento de reclusos**. New York, 1957. Disponível em: <[http://pdfc.pgr.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/sistema-prisional/regras\\_minimas.pdf](http://pdfc.pgr.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/sistema-prisional/regras_minimas.pdf)>.

QUEIRÓZ, Nana. **Presos que menstruam**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SACHETTA, Paula. Quanto mais presos, maior o lucro. **Agência Pública**, 27 maio 2014. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/>>.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e a especificidade da educação. In: **Pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2003. p.11-20.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (São Paulo). **Unidades prisionais**. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/>>. Acesso em: 1º fev. 2017.

SHIMIZU, Bruno. **Solidariedade e gregarismo nas facções criminosas**: um estudo criminológico à luz da Psicologia das massas. 2011. 228f. Dissertação (Mestrado em Direito)-Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, Edith Seligmann; HELOANI, Roberto. Precarização – impactos sociais e na saúde mental. In: NAVARRO, Vera Lúcia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Orgs). **O avesso do trabalho IV Terceirização**: precarização e adoecimento no mundo do trabalho. São Paulo: Outras Expressões, 2017. p. 281-300.

SOUZA, Diego de Oliveira. A questão do “consumo de drogas”: contribuições para o debate. **Serviço social e saúde**, Campinas, v.11, n. 2, p. 269-286, jul./dez. 2012.

STELLA, Cristina. Filhos de mulheres presas: o papel materno na socialização dos indivíduos. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 2, p. 292-306, 2º sem. 2009. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a03.pdf>>.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.